



Projeto - LDO
Lei de Diretrizes Orçamentárias
2027

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Art. 165 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

(...)

§ 2.º **A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública,** incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.



Planejamento-Setor Público Brasileiro

PPA (Quadrienal)

- Estabelece objetivos
- Indicadores e Metas
- Despesas de Capital e de custeio
- Despesas Continuadas

LDO (Anual)

- Diretrizes e Prioridades
- Anexo Metas Fiscais
- Anexo de Riscos Fiscais
- Critérios Limitação de Empenho

LOA (Anual)

- Detalhamento da Receita
- Detalhamento da Despesa
- Referência para o cronograma mensal de desembolso e previsão bimestral da receita
- Receita Prevista e Despesa Fixada

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

Com o advento da LRF em maio/2000, a LDO recebe novas e importantes funções, sendo as mais importantes:

- ❖ Estabelecimento de metas e acompanhamento de riscos fiscais com o objetivo de prevenir situações que possam levar ao desequilíbrio das contas públicas, em consonância com a trajetória sustentável da dívida municipal;
- ❖ Equilíbrio entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas;
- ❖ Estabelecer limitações à expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado. (estudo de impacto)

PRODUTO INTERNO BRUTO

PIB é a sigla para **Produto Interno Bruto**, e representa a soma, em valores monetários, de **todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região**, durante um determinado período.

O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, e tem o objetivo principal de mensurar a atividade econômica de uma região. Na contagem do PIB, considera-se apenas bens e serviços finais, excluindo da conta todos os bens de consumo intermediários.



Fonte: Banco Central e Boletim Focus de 27 de Março de 2.026

CENÁRIO ECONÔMICO

O primeiro trimestre do Brasil foi marcado pela queda do dólar no Brasil impulsionado pela desvalorização da moeda, bem como um aumento de investimento externo no país, com isso elevou-se o otimismo quanto à redução da inflação e taxa de juros SELIC.

Contudo a guerra no Oriente Médio trouxe instabilidades com o aumento no preço do petróleo nos últimos meses que refletiu no aumento do preço dos combustíveis que, devido a políticas do governo, não repassou todo o aumento aos consumidores finais, mas o futuro segue incerto com certo pessimismo à frente na economia do país e mundial.

Os estudos sobre a execução orçamentária 2026 e para o orçamento 2027 seguem com muita cautela acompanhando os fatos micro e macroeconômicos.

Parâmetros Macroeconômicos

| Variáveis | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 |
|--------------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|------|
| PIB (crescimento real % a.a) | 3,40 | 2,30 | 1,85 | 1,80 | 2,00 | 2,00 |
| Inflação Média - IPCA (% a.a) | 4,83 | 4,26 | 4,31 | 3,84 | 3,57 | 3,50 |
| Taxa real de juros (média % a.a) | 10,89 | 14,33 | 12,50 | 10,50 | 10,00 | 9,75 |
| Câmbio (R\$/US\$ - final de ano) | 6,19 | 5,50 | 5,40 | 5,45 | 5,50 | 5,50 |
| Fonte: BCB- Boletim Focus 27/03/2026 | | | | | | |

Anexo de Riscos Fiscais

Cabe ao Anexo de Riscos Fiscais da LDO a importante função de identificar, mensurar e apresentar a decisão estratégica para enfrentar o risco de não cumprimento das metas fiscais ao longo do ano, ou seja, estimar o grau de tolerância das contas públicas frente ao risco.

Nesse sentido, o anexo define medidas para o enfrentamento da exposição das contas públicas, tais como, limitações de empenho, abertura de créditos adicionais, etc.

Anexo de Riscos Fiscais

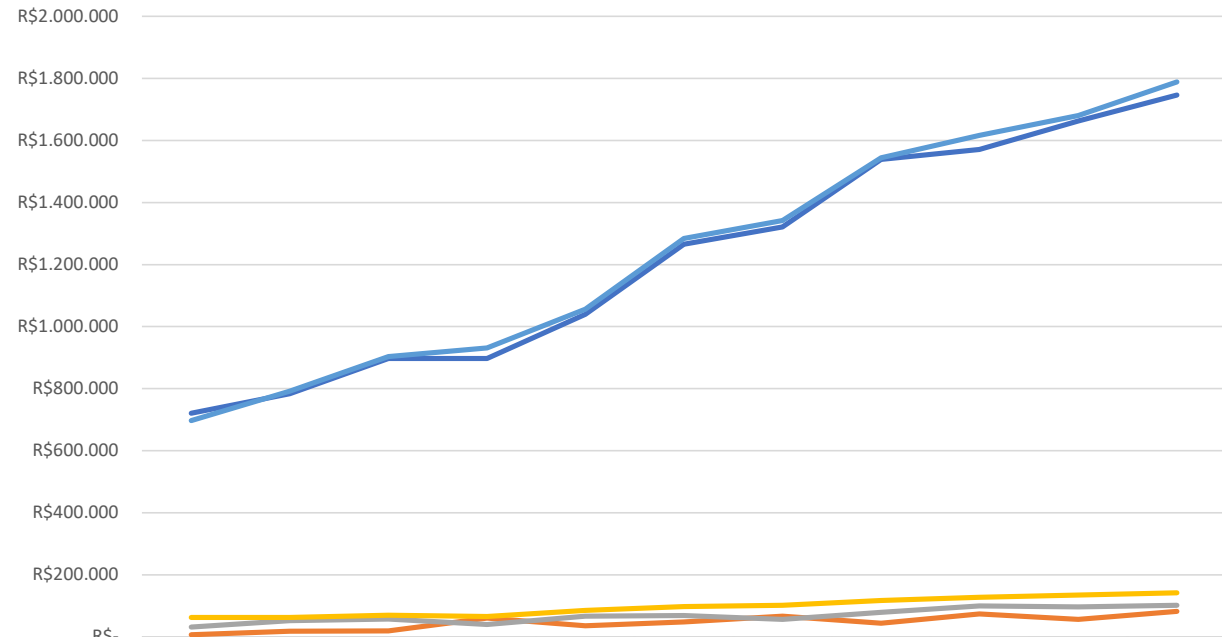
ARF (LRF, art 4o, § 3o)

| PASSIVO CONTINGENTE | | | |
|---|----------------------|-------------------------|----------------------|
| RISCOS | | PROVIDÊNCIAS | |
| DESCRIÇÃO | VALOR | DESCRIÇÃO | VALOR |
| Frustração de Arrecadação das Receitas de Capital | 35.000.000 | Limitação de Empenhos | 35.000.000,00 |
| Sentenças Judiciais | 500.000 | Reserva de Contingência | 500.000,00 |
| Assunção de Passivos | 200.000 | Reserva de Contingência | 200.000,00 |
| Restituições de Depósitos Judiciais referentes à Lei Complementar nº 151/2015 | 500.000 | Reserva de Contingência | 500.000,00 |
| Frustração de Arrecadação de Receitas Correntes | 20.000.000 | Limitação de Empenho | 20.000.000,00 |
| Precatórios | 500.000 | Reserva de Contingência | 500.000,00 |
| Requisições de Pequenos Valores | 150.000 | Reserva de Contingência | 150.000,00 |
| SUBTOTAL | 56.850.000,00 | SUBTOTAL | 56.850.000,00 |
| TOTAL | 56.850.000,00 | TOTAL | 56.850.000,00 |

* As estimativas podem sofrer alterações até a emissão versão final do Projeto de Lei.



Evolução da Receita



| | Arrecadad o 2017 | Arrecadad o 2018 | Arrecadad o 2019 | Arrecadad o 2020 | Arrecadad o 2021 | Arrecadad o 2022 | Arrecadad o 2023 | Arrecadad o 2024 | Arrecadad o 2025 | Previsão 2026 | Previsão 2027 |
|---------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|------------------|------------------|
| RECEITAS CORRENTES | 721.185 | 783.949 | 896.924 | 896.778 | 1.039.121 | 1.265.415 | 1.321.060 | 1.538.688 | 1.571.111 | 1.662.516 | 1.745.994 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 6.986 | 18.238 | 18.958 | 60.548 | 35.707 | 47.899 | 66.094 | 43.383 | 73.664 | 55.951 | 82.500 |
| RECEITAS CORRENTES - INTRA OFSS | 31.163 | 52.349 | 57.275 | 40.113 | 66.874 | 68.387 | 56.708 | 79.384 | 99.300 | 96.665 | 101.500 |
| DEDUÇÕES DE RECEITAS | 62.845 | 62.098 | 69.855 | 65.916 | 85.403 | 97.077 | 101.937 | 117.141 | 127.759 | 134.630 | 141.550 |
| TOTAL | 696.490 | 792.438 | 903.302 | 931.522 | 1.056.299 | 1.284.624 | 1.341.926 | 1.544.313 | 1.616.316 | 1.680.503 | 1.788.444 |

RECEITAS CORRENTES RECEITAS DE CAPITAL RECEITAS CORRENTES - INTRA OFSS DEDUÇÕES DE RECEITAS TOTAL

*** Valores em milhares de R\$.**

Audiência Pública – LDO 2027

Prefeitura Municipal de Suzano
Sec. Mun. de Plan. e Gestão
Orçamentária

Obrigado



Projeto - LDO
Lei de Diretrizes Orçamentárias
2027

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Art. 165 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.



(...)

§ 2.º **A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública,** incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Planejamento-Setor Público Brasileiro

PPA (Quadrienal)

- Estabelece objetivos
- Indicadores e Metas
- Despesas de Capital e de custeio
- Despesas Continuadas

LDO (Anual)

- Diretrizes e Prioridades
- Anexo Metas Fiscais
- Anexo de Riscos Fiscais
- Critérios Limitação de Empenho

LOA (Anual)

- Detalhamento da Receita
- Detalhamento da Despesa
- Referência para o cronograma mensal de desembolso e previsão bimestral da receita
- Receita Prevista e Despesa Fixada

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

Com o advento da LRF em maio/2000, a LDO recebe novas e importantes funções, sendo as mais importantes:

- ❖ Estabelecimento de metas e acompanhamento de riscos fiscais com o objetivo de prevenir situações que possam levar ao desequilíbrio das contas públicas, em consonância com a trajetória sustentável da dívida municipal;
- ❖ Equilíbrio entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas;
- ❖ Estabelecer limitações à expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado. (estudo de impacto)

PRODUTO INTERNO BRUTO

PIB é a sigla para **Produto Interno Bruto**, e representa a soma, em valores monetários, de **todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região**, durante um determinado período.

O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, e tem o objetivo principal de mensurar a atividade econômica de uma região. Na contagem do PIB, considera-se apenas bens e serviços finais, excluindo da conta todos os bens de consumo intermediários.



Fonte: Banco Central e Boletim Focus de 27 de Março de 2.026

CENÁRIO ECONÔMICO

O primeiro trimestre do Brasil foi marcado pela queda do dólar no Brasil impulsionado pela desvalorização da moeda, bem como um aumento de investimento externo no país, com isso elevou-se o otimismo quanto à redução da inflação e taxa de juros SELIC.

Contudo a guerra no Oriente Médio trouxe instabilidades com o aumento no preço do petróleo nos últimos meses que refletiu no aumento do preço dos combustíveis que, devido a políticas do governo, não repassou todo o aumento aos consumidores finais, mas o futuro segue incerto com certo pessimismo à frente na economia do país e mundial.

Os estudos sobre a execução orçamentária 2026 e para o orçamento 2027 seguem com muita cautela acompanhando os fatos micro e macroeconômicos.

Parâmetros Macroeconômicos

| Variáveis | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 |
|--------------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|------|
| PIB (crescimento real % a.a) | 3,40 | 2,30 | 1,85 | 1,80 | 2,00 | 2,00 |
| Inflação Média - IPCA (% a.a) | 4,83 | 4,26 | 4,31 | 3,84 | 3,57 | 3,50 |
| Taxa real de juros (média % a.a) | 10,89 | 14,33 | 12,50 | 10,50 | 10,00 | 9,75 |
| Câmbio (R\$/US\$ - final de ano) | 6,19 | 5,50 | 5,40 | 5,45 | 5,50 | 5,50 |
| Fonte: BCB- Boletim Focus 27/03/2026 | | | | | | |

Anexo de Riscos Fiscais

Cabe ao Anexo de Riscos Fiscais da LDO a importante função de identificar, mensurar e apresentar a decisão estratégica para enfrentar o risco de não cumprimento das metas fiscais ao longo do ano, ou seja, estimar o grau de tolerância das contas públicas frente ao risco.

Nesse sentido, o anexo define medidas para o enfrentamento da exposição das contas públicas, tais como, limitações de empenho, abertura de créditos adicionais, etc.

Anexo de Riscos Fiscais

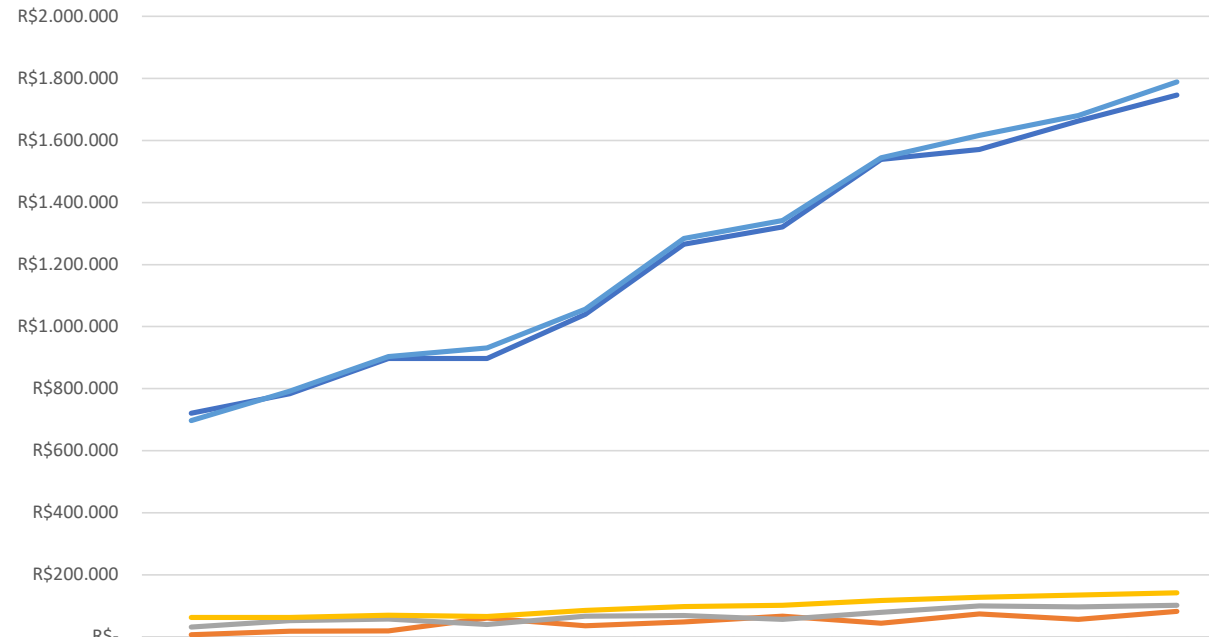
ARF (LRF, art 4o, § 3o)

| PASSIVO CONTINGENTE | | | |
|---|----------------------|-------------------------|----------------------|
| RISCOS | | PROVIDÊNCIAS | |
| DESCRIÇÃO | VALOR | DESCRIÇÃO | VALOR |
| Frustração de Arrecadação das Receitas de Capital | 35.000.000 | Limitação de Empenhos | 35.000.000,00 |
| Sentenças Judiciais | 500.000 | Reserva de Contingência | 500.000,00 |
| Assunção de Passivos | 200.000 | Reserva de Contingência | 200.000,00 |
| Restituições de Depósitos Judiciais referentes à Lei Complementar nº 151/2015 | 500.000 | Reserva de Contingência | 500.000,00 |
| Frustração de Arrecadação de Receitas Correntes | 20.000.000 | Limitação de Empenho | 20.000.000,00 |
| Precatórios | 500.000 | Reserva de Contingência | 500.000,00 |
| Requisições de Pequenos Valores | 150.000 | Reserva de Contingência | 150.000,00 |
| SUBTOTAL | 56.850.000,00 | SUBTOTAL | 56.850.000,00 |
| TOTAL | 56.850.000,00 | TOTAL | 56.850.000,00 |

* As estimativas podem sofrer alterações até a emissão versão final do Projeto de Lei.



Evolução da Receita



| | Arrecadad o 2017 | Arrecadad o 2018 | Arrecadad o 2019 | Arrecadad o 2020 | Arrecadad o 2021 | Arrecadad o 2022 | Arrecadad o 2023 | Arrecadad o 2024 | Arrecadad o 2025 | Previsão 2026 | Previsão 2027 |
|---------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|------------------|------------------|
| RECEITAS CORRENTES | 721.185 | 783.949 | 896.924 | 896.778 | 1.039.121 | 1.265.415 | 1.321.060 | 1.538.688 | 1.571.111 | 1.662.516 | 1.745.994 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 6.986 | 18.238 | 18.958 | 60.548 | 35.707 | 47.899 | 66.094 | 43.383 | 73.664 | 55.951 | 82.500 |
| RECEITAS CORRENTES - INTRA OFSS | 31.163 | 52.349 | 57.275 | 40.113 | 66.874 | 68.387 | 56.708 | 79.384 | 99.300 | 96.665 | 101.500 |
| DEDUÇÕES DE RECEITAS | 62.845 | 62.098 | 69.855 | 65.916 | 85.403 | 97.077 | 101.937 | 117.141 | 127.759 | 134.630 | 141.550 |
| TOTAL | 696.490 | 792.438 | 903.302 | 931.522 | 1.056.299 | 1.284.624 | 1.341.926 | 1.544.313 | 1.616.316 | 1.680.503 | 1.788.444 |

RECEITAS CORRENTES RECEITAS DE CAPITAL RECEITAS CORRENTES - INTRA OFSS DEDUÇÕES DE RECEITAS TOTAL

* Valores em milhares de R\$.

Audiência Pública – LDO 2027

Prefeitura Municipal de Suzano
Sec. Mun. de Plan. e Gestão
Orçamentária

Obrigado



Projeto - LDO
Lei de Diretrizes Orçamentárias
2027

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Art. 165 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.



(...)

§ 2.º **A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública,** incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Planejamento-Setor Público Brasileiro

PPA (Quadrienal)

- Estabelece objetivos
- Indicadores e Metas
- Despesas de Capital e de custeio
- Despesas Continuadas

LDO (Anual)

- Diretrizes e Prioridades
- Anexo Metas Fiscais
- Anexo de Riscos Fiscais
- Critérios Limitação de Empenho

LOA (Anual)

- Detalhamento da Receita
- Detalhamento da Despesa
- Referência para o cronograma mensal de desembolso e previsão bimestral da receita
- Receita Prevista e Despesa Fixada

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

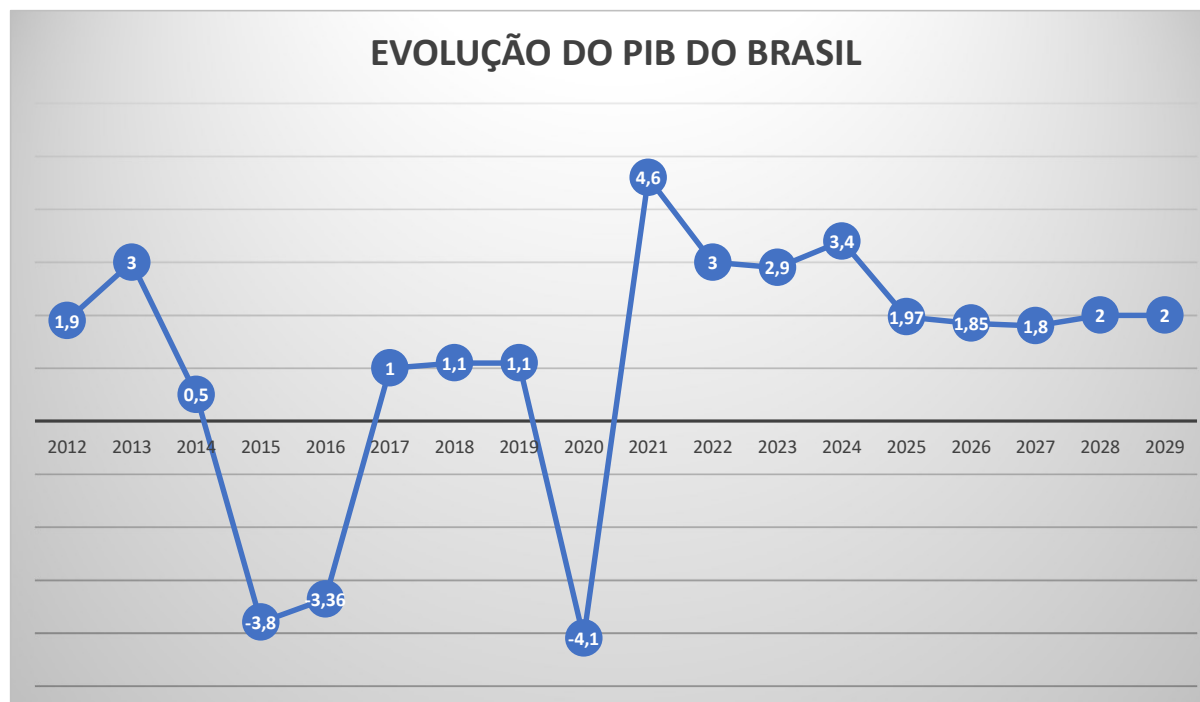
Com o advento da LRF em maio/2000, a LDO recebe novas e importantes funções, sendo as mais importantes:

- ❖ Estabelecimento de metas e acompanhamento de riscos fiscais com o objetivo de prevenir situações que possam levar ao desequilíbrio das contas públicas, em consonância com a trajetória sustentável da dívida municipal;
- ❖ Equilíbrio entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas;
- ❖ Estabelecer limitações à expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado. (estudo de impacto)

PRODUTO INTERNO BRUTO

PIB é a sigla para **Produto Interno Bruto**, e representa a soma, em valores monetários, de **todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região**, durante um determinado período.

O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, e tem o objetivo principal de mensurar a atividade econômica de uma região. Na contagem do PIB, considera-se apenas bens e serviços finais, excluindo da conta todos os bens de consumo intermediários.



Fonte: Banco Central e Boletim Focus de 27 de Março de 2.026

CENÁRIO ECONÔMICO

O primeiro trimestre do Brasil foi marcado pela queda do dólar no Brasil impulsionado pela desvalorização da moeda, bem como um aumento de investimento externo no país, com isso elevou-se o otimismo quanto à redução da inflação e taxa de juros SELIC.

Contudo a guerra no Oriente Médio trouxe instabilidades com o aumento no preço do petróleo nos últimos meses que refletiu no aumento do preço dos combustíveis que, devido a políticas do governo, não repassou todo o aumento aos consumidores finais, mas o futuro segue incerto com certo pessimismo à frente na economia do país e mundial.

Os estudos sobre a execução orçamentária 2026 e para o orçamento 2027 seguem com muita cautela acompanhando os fatos micro e macroeconômicos.

Parâmetros Macroeconômicos

| Variáveis | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 |
|--------------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|------|
| PIB (crescimento real % a.a) | 3,40 | 2,30 | 1,85 | 1,80 | 2,00 | 2,00 |
| Inflação Média - IPCA (% a.a) | 4,83 | 4,26 | 4,31 | 3,84 | 3,57 | 3,50 |
| Taxa real de juros (média % a.a) | 10,89 | 14,33 | 12,50 | 10,50 | 10,00 | 9,75 |
| Câmbio (R\$/US\$ - final de ano) | 6,19 | 5,50 | 5,40 | 5,45 | 5,50 | 5,50 |
| Fonte: BCB- Boletim Focus 27/03/2026 | | | | | | |

Anexo de Riscos Fiscais

Cabe ao Anexo de Riscos Fiscais da LDO a importante função de identificar, mensurar e apresentar a decisão estratégica para enfrentar o risco de não cumprimento das metas fiscais ao longo do ano, ou seja, estimar o grau de tolerância das contas públicas frente ao risco.

Nesse sentido, o anexo define medidas para o enfrentamento da exposição das contas públicas, tais como, limitações de empenho, abertura de créditos adicionais, etc.

Anexo de Riscos Fiscais

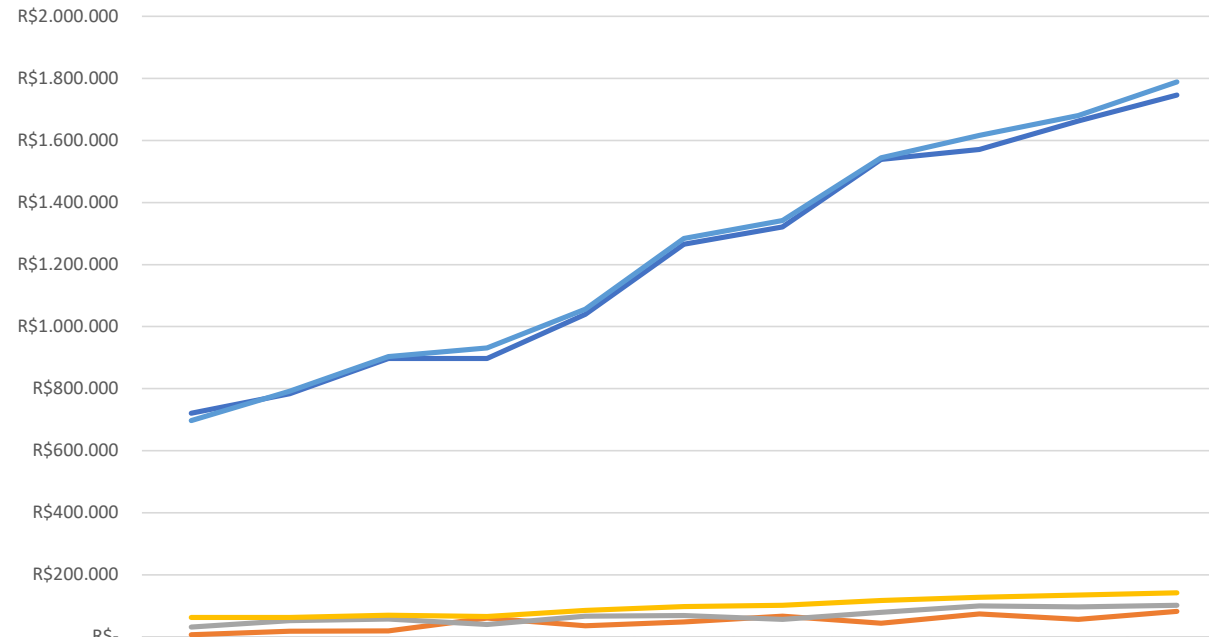
ARF (LRF, art 4o, § 3o)

| PASSIVO CONTINGENTE | | | |
|---|----------------------|-------------------------|----------------------|
| RISCOS | | PROVIDÊNCIAS | |
| DESCRIÇÃO | VALOR | DESCRIÇÃO | VALOR |
| Frustração de Arrecadação das Receitas de Capital | 35.000.000 | Limitação de Empenhos | 35.000.000,00 |
| Sentenças Judiciais | 500.000 | Reserva de Contingência | 500.000,00 |
| Assunção de Passivos | 200.000 | Reserva de Contingência | 200.000,00 |
| Restituições de Depósitos Judiciais referentes à Lei Complementar nº 151/2015 | 500.000 | Reserva de Contingência | 500.000,00 |
| Frustração de Arrecadação de Receitas Correntes | 20.000.000 | Limitação de Empenho | 20.000.000,00 |
| Precatórios | 500.000 | Reserva de Contingência | 500.000,00 |
| Requisições de Pequenos Valores | 150.000 | Reserva de Contingência | 150.000,00 |
| SUBTOTAL | 56.850.000,00 | SUBTOTAL | 56.850.000,00 |
| TOTAL | 56.850.000,00 | TOTAL | 56.850.000,00 |

* As estimativas podem sofrer alterações até a emissão versão final do Projeto de Lei.



Evolução da Receita



| | Arrecadad o 2017 | Arrecadad o 2018 | Arrecadad o 2019 | Arrecadad o 2020 | Arrecadad o 2021 | Arrecadad o 2022 | Arrecadad o 2023 | Arrecadad o 2024 | Arrecadad o 2025 | Previsão 2026 | Previsão 2027 |
|---------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|------------------|------------------|
| RECEITAS CORRENTES | 721.185 | 783.949 | 896.924 | 896.778 | 1.039.121 | 1.265.415 | 1.321.060 | 1.538.688 | 1.571.111 | 1.662.516 | 1.745.994 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 6.986 | 18.238 | 18.958 | 60.548 | 35.707 | 47.899 | 66.094 | 43.383 | 73.664 | 55.951 | 82.500 |
| RECEITAS CORRENTES - INTRA OFSS | 31.163 | 52.349 | 57.275 | 40.113 | 66.874 | 68.387 | 56.708 | 79.384 | 99.300 | 96.665 | 101.500 |
| DEDUÇÕES DE RECEITAS | 62.845 | 62.098 | 69.855 | 65.916 | 85.403 | 97.077 | 101.937 | 117.141 | 127.759 | 134.630 | 141.550 |
| TOTAL | 696.490 | 792.438 | 903.302 | 931.522 | 1.056.299 | 1.284.624 | 1.341.926 | 1.544.313 | 1.616.316 | 1.680.503 | 1.788.444 |

RECEITAS CORRENTES RECEITAS DE CAPITAL RECEITAS CORRENTES - INTRA OFSS DEDUÇÕES DE RECEITAS TOTAL

* Valores em milhares de R\$.

Audiência Pública – LDO 2027

Prefeitura Municipal de Suzano
Sec. Mun. de Plan. e Gestão
Orçamentária

Obrigado



Projeto - LDO
Lei de Diretrizes Orçamentárias
2027

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Art. 165 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.



(...)

§ 2.º **A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública,** incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Planejamento-Setor Público Brasileiro

PPA (Quadrienal)

- Estabelece objetivos
- Indicadores e Metas
- Despesas de Capital e de custeio
- Despesas Continuadas

LDO (Anual)

- Diretrizes e Prioridades
- Anexo Metas Fiscais
- Anexo de Riscos Fiscais
- Critérios Limitação de Empenho

LOA (Anual)

- Detalhamento da Receita
- Detalhamento da Despesa
- Referência para o cronograma mensal de desembolso e previsão bimestral da receita
- Receita Prevista e Despesa Fixada

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

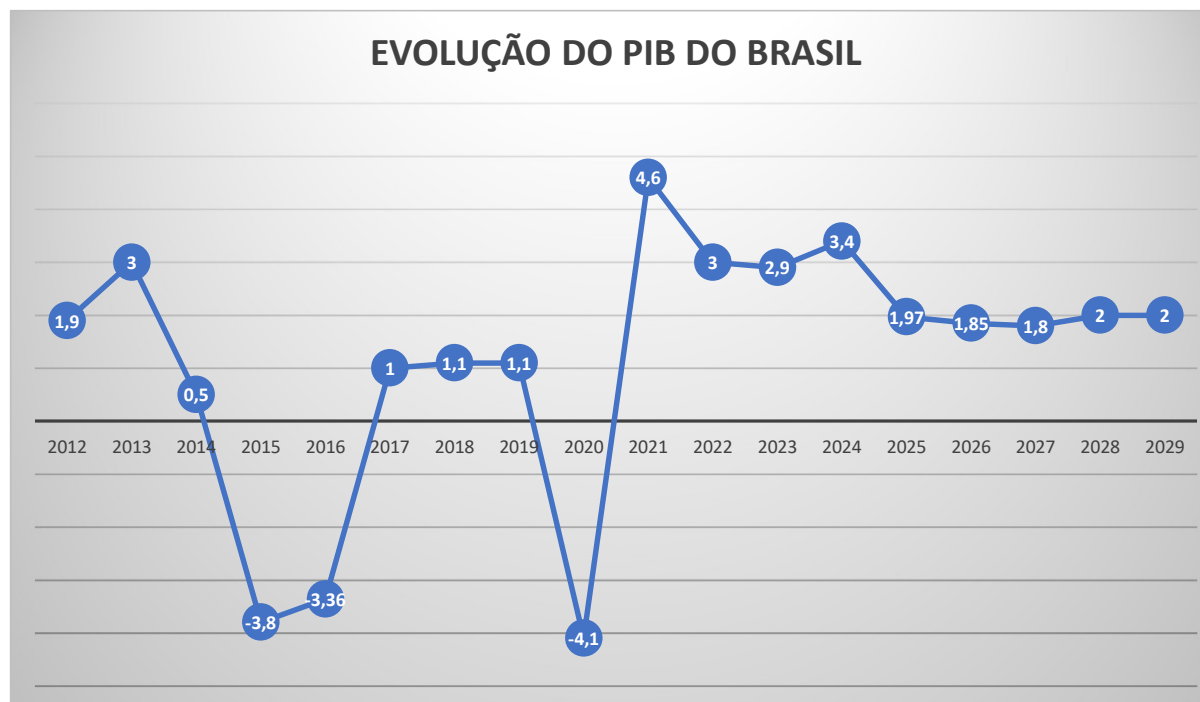
Com o advento da LRF em maio/2000, a LDO recebe novas e importantes funções, sendo as mais importantes:

- ❖ Estabelecimento de metas e acompanhamento de riscos fiscais com o objetivo de prevenir situações que possam levar ao desequilíbrio das contas públicas, em consonância com a trajetória sustentável da dívida municipal;
- ❖ Equilíbrio entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas;
- ❖ Estabelecer limitações à expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado. (estudo de impacto)

PRODUTO INTERNO BRUTO

PIB é a sigla para **Produto Interno Bruto**, e representa a soma, em valores monetários, de **todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região**, durante um determinado período.

O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, e tem o objetivo principal de mensurar a atividade econômica de uma região. Na contagem do PIB, considera-se apenas bens e serviços finais, excluindo da conta todos os bens de consumo intermediários.



Fonte: Banco Central e Boletim Focus de 27 de Março de 2.026

CENÁRIO ECONÔMICO

O primeiro trimestre do Brasil foi marcado pela queda do dólar no Brasil impulsionado pela desvalorização da moeda, bem como um aumento de investimento externo no país, com isso elevou-se o otimismo quanto à redução da inflação e taxa de juros SELIC.

Contudo a guerra no Oriente Médio trouxe instabilidades com o aumento no preço do petróleo nos últimos meses que refletiu no aumento do preço dos combustíveis que, devido a políticas do governo, não repassou todo o aumento aos consumidores finais, mas o futuro segue incerto com certo pessimismo à frente na economia do país e mundial.

Os estudos sobre a execução orçamentária 2026 e para o orçamento 2027 seguem com muita cautela acompanhando os fatos micro e macroeconômicos.

Parâmetros Macroeconômicos

| Variáveis | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 |
|--------------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|------|
| PIB (crescimento real % a.a) | 3,40 | 2,30 | 1,85 | 1,80 | 2,00 | 2,00 |
| Inflação Média - IPCA (% a.a) | 4,83 | 4,26 | 4,31 | 3,84 | 3,57 | 3,50 |
| Taxa real de juros (média % a.a) | 10,89 | 14,33 | 12,50 | 10,50 | 10,00 | 9,75 |
| Câmbio (R\$/US\$ - final de ano) | 6,19 | 5,50 | 5,40 | 5,45 | 5,50 | 5,50 |
| Fonte: BCB- Boletim Focus 27/03/2026 | | | | | | |

Anexo de Riscos Fiscais

Cabe ao Anexo de Riscos Fiscais da LDO a importante função de identificar, mensurar e apresentar a decisão estratégica para enfrentar o risco de não cumprimento das metas fiscais ao longo do ano. ou seja, estimar o grau de tolerância das contas públicas frente ao risco.

Nesse sentido, o anexo define medidas para o enfrentamento da exposição das contas públicas, tais como, limitações de empenho, abertura de créditos adicionais, etc.

Anexo de Riscos Fiscais

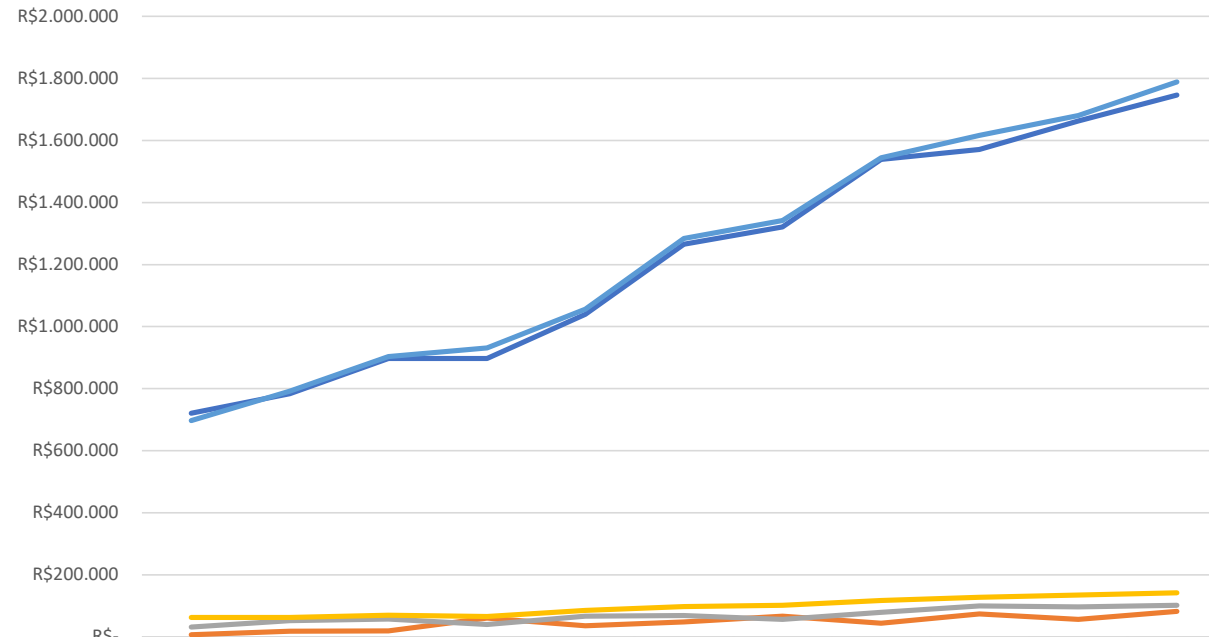
ARF (LRF, art 4o, § 3o)

| PASSIVO CONTINGENTE | | | |
|---|----------------------|-------------------------|----------------------|
| RISCOS | | PROVIDÊNCIAS | |
| DESCRIÇÃO | VALOR | DESCRIÇÃO | VALOR |
| Frustração de Arrecadação das Receitas de Capital | 35.000.000 | Limitação de Empenhos | 35.000.000,00 |
| Sentenças Judiciais | 500.000 | Reserva de Contingência | 500.000,00 |
| Assunção de Passivos | 200.000 | Reserva de Contingência | 200.000,00 |
| Restituições de Depósitos Judiciais referentes à Lei Complementar nº 151/2015 | 500.000 | Reserva de Contingência | 500.000,00 |
| Frustração de Arrecadação de Receitas Correntes | 20.000.000 | Limitação de Empenho | 20.000.000,00 |
| Precatórios | 500.000 | Reserva de Contingência | 500.000,00 |
| Requisições de Pequenos Valores | 150.000 | Reserva de Contingência | 150.000,00 |
| SUBTOTAL | 56.850.000,00 | SUBTOTAL | 56.850.000,00 |
| TOTAL | 56.850.000,00 | TOTAL | 56.850.000,00 |

* As estimativas podem sofrer alterações até a emissão versão final do Projeto de Lei.



Evolução da Receita



| | Arrecadad o 2017 | Arrecadad o 2018 | Arrecadad o 2019 | Arrecadad o 2020 | Arrecadad o 2021 | Arrecadad o 2022 | Arrecadad o 2023 | Arrecadad o 2024 | Arrecadad o 2025 | Previsão 2026 | Previsão 2027 |
|---------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|------------------|------------------|
| RECEITAS CORRENTES | 721.185 | 783.949 | 896.924 | 896.778 | 1.039.121 | 1.265.415 | 1.321.060 | 1.538.688 | 1.571.111 | 1.662.516 | 1.745.994 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 6.986 | 18.238 | 18.958 | 60.548 | 35.707 | 47.899 | 66.094 | 43.383 | 73.664 | 55.951 | 82.500 |
| RECEITAS CORRENTES - INTRA OFSS | 31.163 | 52.349 | 57.275 | 40.113 | 66.874 | 68.387 | 56.708 | 79.384 | 99.300 | 96.665 | 101.500 |
| DEDUÇÕES DE RECEITAS | 62.845 | 62.098 | 69.855 | 65.916 | 85.403 | 97.077 | 101.937 | 117.141 | 127.759 | 134.630 | 141.550 |
| TOTAL | 696.490 | 792.438 | 903.302 | 931.522 | 1.056.299 | 1.284.624 | 1.341.926 | 1.544.313 | 1.616.316 | 1.680.503 | 1.788.444 |

RECEITAS CORRENTES RECEITAS DE CAPITAL RECEITAS CORRENTES - INTRA OFSS DEDUÇÕES DE RECEITAS TOTAL

* Valores em milhares de R\$.

Audiência Pública – LDO 2027

Prefeitura Municipal de Suzano
Sec. Mun. de Plan. e Gestão
Orçamentária

Obrigado



Projeto - LDO
Lei de Diretrizes Orçamentárias
2027

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Art. 165 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.



(...)

§ 2.º **A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública,** incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Planejamento-Setor Público Brasileiro

PPA (Quadrienal)

- Estabelece objetivos
- Indicadores e Metas
- Despesas de Capital e de custeio
- Despesas Continuadas

LDO (Anual)

- Diretrizes e Prioridades
- Anexo Metas Fiscais
- Anexo de Riscos Fiscais
- Critérios Limitação de Empenho

LOA (Anual)

- Detalhamento da Receita
- Detalhamento da Despesa
- Referência para o cronograma mensal de desembolso e previsão bimestral da receita
- Receita Prevista e Despesa Fixada

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

Com o advento da LRF em maio/2000, a LDO recebe novas e importantes funções, sendo as mais importantes:

- ❖ Estabelecimento de metas e acompanhamento de riscos fiscais com o objetivo de prevenir situações que possam levar ao desequilíbrio das contas públicas, em consonância com a trajetória sustentável da dívida municipal;
- ❖ Equilíbrio entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas;
- ❖ Estabelecer limitações à expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado. (estudo de impacto)

PRODUTO INTERNO BRUTO

PIB é a sigla para **Produto Interno Bruto**, e representa a soma, em valores monetários, de **todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região**, durante um determinado período.

O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, e tem o objetivo principal de mensurar a atividade econômica de uma região. Na contagem do PIB, considera-se apenas bens e serviços finais, excluindo da conta todos os bens de consumo intermediários.



Fonte: Banco Central e Boletim Focus de 27 de Março de 2.026

CENÁRIO ECONÔMICO

O primeiro trimestre do Brasil foi marcado pela queda do dólar no Brasil impulsionado pela desvalorização da moeda, bem como um aumento de investimento externo no país, com isso elevou-se o otimismo quanto à redução da inflação e taxa de juros SELIC.

Contudo a guerra no Oriente Médio trouxe instabilidades com o aumento no preço do petróleo nos últimos meses que refletiu no aumento do preço dos combustíveis que, devido a políticas do governo, não repassou todo o aumento aos consumidores finais, mas o futuro segue incerto com certo pessimismo à frente na economia do país e mundial.

Os estudos sobre a execução orçamentária 2026 e para o orçamento 2027 seguem com muita cautela acompanhando os fatos micro e macroeconômicos.

Parâmetros Macroeconômicos

| Variáveis | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 |
|--------------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|------|
| PIB (crescimento real % a.a) | 3,40 | 2,30 | 1,85 | 1,80 | 2,00 | 2,00 |
| Inflação Média - IPCA (% a.a) | 4,83 | 4,26 | 4,31 | 3,84 | 3,57 | 3,50 |
| Taxa real de juros (média % a.a) | 10,89 | 14,33 | 12,50 | 10,50 | 10,00 | 9,75 |
| Câmbio (R\$/US\$ - final de ano) | 6,19 | 5,50 | 5,40 | 5,45 | 5,50 | 5,50 |
| Fonte: BCB- Boletim Focus 27/03/2026 | | | | | | |

Anexo de Riscos Fiscais

Cabe ao Anexo de Riscos Fiscais da LDO a importante função de identificar, mensurar e apresentar a decisão estratégica para enfrentar o risco de não cumprimento das metas fiscais ao longo do ano, ou seja, estimar o grau de tolerância das contas públicas frente ao risco.

Nesse sentido, o anexo define medidas para o enfrentamento da exposição das contas públicas, tais como, limitações de empenho, abertura de créditos adicionais, etc.

Anexo de Riscos Fiscais

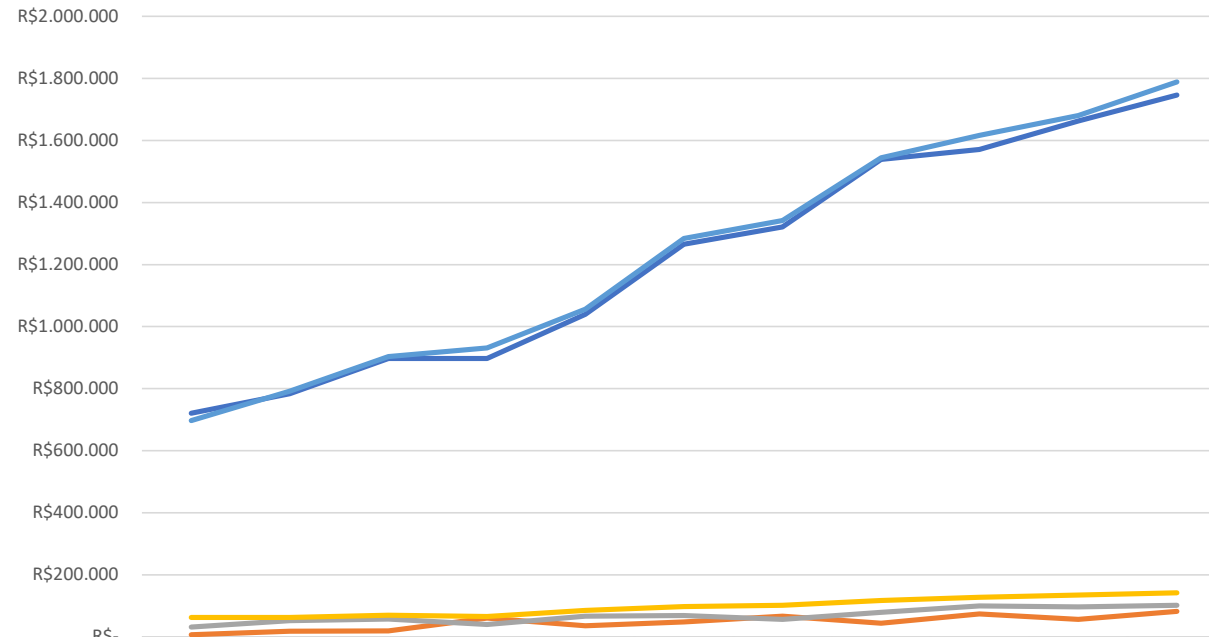
ARF (LRF, art 4o, § 3o)

| PASSIVO CONTINGENTE | | | |
|---|----------------------|-------------------------|----------------------|
| RISCOS | | PROVIDÊNCIAS | |
| DESCRIÇÃO | VALOR | DESCRIÇÃO | VALOR |
| Frustração de Arrecadação das Receitas de Capital | 35.000.000 | Limitação de Empenhos | 35.000.000,00 |
| Sentenças Judiciais | 500.000 | Reserva de Contingência | 500.000,00 |
| Assunção de Passivos | 200.000 | Reserva de Contingência | 200.000,00 |
| Restituições de Depósitos Judiciais referentes à Lei Complementar nº 151/2015 | 500.000 | Reserva de Contingência | 500.000,00 |
| Frustração de Arrecadação de Receitas Correntes | 20.000.000 | Limitação de Empenho | 20.000.000,00 |
| Precatórios | 500.000 | Reserva de Contingência | 500.000,00 |
| Requisições de Pequenos Valores | 150.000 | Reserva de Contingência | 150.000,00 |
| SUBTOTAL | 56.850.000,00 | SUBTOTAL | 56.850.000,00 |
| TOTAL | 56.850.000,00 | TOTAL | 56.850.000,00 |

* As estimativas podem sofrer alterações até a emissão versão final do Projeto de Lei.



Evolução da Receita



| | Arrecadad o 2017 | Arrecadad o 2018 | Arrecadad o 2019 | Arrecadad o 2020 | Arrecadad o 2021 | Arrecadad o 2022 | Arrecadad o 2023 | Arrecadad o 2024 | Arrecadad o 2025 | Previsão 2026 | Previsão 2027 |
|---------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|------------------|------------------|
| RECEITAS CORRENTES | 721.185 | 783.949 | 896.924 | 896.778 | 1.039.121 | 1.265.415 | 1.321.060 | 1.538.688 | 1.571.111 | 1.662.516 | 1.745.994 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 6.986 | 18.238 | 18.958 | 60.548 | 35.707 | 47.899 | 66.094 | 43.383 | 73.664 | 55.951 | 82.500 |
| RECEITAS CORRENTES - INTRA OFSS | 31.163 | 52.349 | 57.275 | 40.113 | 66.874 | 68.387 | 56.708 | 79.384 | 99.300 | 96.665 | 101.500 |
| DEDUÇÕES DE RECEITAS | 62.845 | 62.098 | 69.855 | 65.916 | 85.403 | 97.077 | 101.937 | 117.141 | 127.759 | 134.630 | 141.550 |
| TOTAL | 696.490 | 792.438 | 903.302 | 931.522 | 1.056.299 | 1.284.624 | 1.341.926 | 1.544.313 | 1.616.316 | 1.680.503 | 1.788.444 |

RECEITAS CORRENTES RECEITAS DE CAPITAL RECEITAS CORRENTES - INTRA OFSS DEDUÇÕES DE RECEITAS TOTAL

* Valores em milhares de R\$.

Audiência Pública – LDO 2027

Prefeitura Municipal de Suzano
Sec. Mun. de Plan. e Gestão
Orçamentária

Obrigado